



**CIMCERO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**CNPJ nº. 02.049.227/0001-57**

R. Mato Grosso, nº 1809, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná - RO, CEP 76907-562  
contato (69) 99340-9549 / e-mail: protocolo@cimcero.ro.gov.br / site: <https://cimcero.ro.gov.br>

**RESOLUÇÃO Nº. 005/2025**

Regulamenta, no âmbito do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia CIMCERO, o regime de pagamento de débitos judiciais por meio de precatórios e requisições de pequeno valor RPVs.

O **Presidente do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO**, Giovan Damo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, constante na cláusula 18ª, alínea a, inciso XVI do protocolo de intenções e no artigo 16, alínea a, inciso XVII do Estatuto Social;

Considerando a necessidade de regulamentar as adimplências de débitos oriundos de condenações judiciais em desfavor do Consórcio,

**Faz saber** que a Assembleia Geral através da sua 118ª reunião, aprovou e ele promulgou a seguinte resolução:

**Regulamenta:**

**Art. 1º** Fica estabelecido que o pagamento de débitos judiciais do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia CIMCERO, em virtude de condenação judicial transitada em julgado, será realizado exclusivamente pelo regime de **precatórios e requisições de pequeno valor (RPV)**, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Consideram-se de **pequeno valor (RPV)** as condenações ou obrigações de pagar impostas ao Consórcio que não ultrapassem o limite de **05 (cinco) salários mínimos vigentes na data da requisição**.

**§1º.** Para efeitos deste artigo deverá ser considerado de pequeno valor o débito total da condenação por ação judicial, sendo vedado o fracionamento, repartição ou quebra por credor ou substituído.

**§2º.** É vedada a expedição de precatório suplementar ou complementar do valor pago na forma do caput.

**§3º.** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no caput, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

**§4º.** É facultado ao exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta Lei.

**§5º.** O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica total quitação do crédito exequendo.

**§6º.** O valor da RPV poderá ser atualizado por ato da Assembleia Geral do CIMCERO, mediante deliberação fundamentada, observando-se critérios de razoabilidade e proporcionalidade em face da capacidade financeira do Consórcio.

**Art. 3º** As Requisições de Pequeno Valor (RPVs) deverão ser quitadas no prazo de até **60 (dias) dias** contados da intimação da decisão que as determinar, mediante dotação orçamentária própria.

**Art. 4º** O pagamento de **valores superiores** ao limite fixado para as **RPVs** será realizado por **meio de precatório**, expedido pelo juízo competente, a ser incluído no orçamento do exercício subsequente.

**Parágrafo único.** Os precatórios observarão rigorosamente a ordem cronológica de apresentação, ressalvadas as hipóteses constitucionais de preferência, na forma do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 5º** Terão prioridade no pagamento, nos termos do artigo 100, § 2º, da Constituição Federal:

I os créditos de natureza alimentar, assim considerados aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e indenizações por morte ou invalidez, fundados em responsabilidade civil;

II os credores idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, observados os limites constitucionais.

**Parágrafo único.** Os demais créditos serão pagos respeitando a ordem cronológica de apresentação, observadas as dotações orçamentárias disponíveis.

**Art. 6º** Nas condenações impostas pela Justiça do Trabalho contra o Consórcio, aplicar-se-á o regime de precatórios e RPVs, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal, sendo vedada qualquer execução direta ou bloqueio de contas.

**Art. 7º** Compete à Procuradoria Jurídica do CIMCERO receber as intimações judiciais relativas a precatórios e RPVs e encaminhá-las ao setor competente de contabilidade e finanças para fins de processamento, inclusão orçamentária e pagamento.

**Art. 8º** Caso não haja disponibilidade financeira imediata, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o rateio suplementar entre os entes consorciados, de modo a assegurar o cumprimento da obrigação judicial, nos termos do Estatuto Social.

**Art. 9º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 10** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos.

Ji-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**Giovan Damo**  
Presidente do CIMCERO  
Biênio 2025/2026



Documento assinado eletronicamente por **GIOVAN DAMO, PRESIDENTE**, em 04/12/2025 às 18:13, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 18 da [Resolução nº 001 de 07/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.consorciopublico.ro.gov.br](https://transparencia.consorciopublico.ro.gov.br), informando o ID **93442** e o código verificador **870D36B0**.

Docto ID: 93442 v1